

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: REFLEXÕES A PARTIR DO MARXISMO QUEER

Kayê A'nu Vasconcellos Ozorio¹

RESUMO

O presente trabalho visa contribuir, a partir do referencial teórico marxista *queer*, para uma compreensão abrangente da dinâmica de classe, gênero e sexualidade na sociabilidade capitalista e de como as imbricações entre essas formas foram forjadas por séculos de desenvolvimento histórico. Através da compreensão de que a opressão sexual, de gênero, raça e o imperialismo são vitais no funcionamento global capitalista, sustento que cada um dos tipos de opressão podem ser compreendidos como partes integrantes e estruturantes de uma totalidade social. Isto significa dizer que a divisão sexual do trabalho, assim como os demais aspectos, não se tratam de características locais de uma formação social, mas sim centrais no processo de acumulação capitalista – tendo em vista que a dimensão sexual é fundamental para a reprodução da força de trabalho, tanto no aspecto biológico, quanto social. Assim como a economia, a política e a ideologia não podem ser compreendidas enquanto domínios separados, o gênero e a sexualidade devem ser considerados enquanto partes de um todo estruturado a partir desse complexo de relações sociais, isto é, o capitalismo. Tal ferramenta analítica permite vislumbrar não apenas o aspecto funcional da opressão de gênero e sexualidade e o porquê de o valor dessa força de trabalho ser tão desvalorizada – fazendo com que essas populações sejam sistematicamente marginalizadas –, mas também em que medida as identidades *queer* subvertem a lógica do capital ao ameaçar aspectos específicos dessa relação social, vislumbrando, assim, horizontes emancipatórios.

Palavras-chave: marxismo *queer*; divisão sexual do trabalho; materialismo *queer*; teoria da reprodução social.

¹ Doutorande em Teoria e Filosofia do Direito pelo Programa de pós-graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), kayeanhu@gmail.com.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas pelo distanciamento entre o marxismo e a temática da diversidade sexual e de gênero. Nesse contexto, testemunhamos o desenvolvimento de certo ceticismo entre a perspectiva marxista e os estudos de gênero e sexualidade alinhados ao pós-estruturalismo. Diversos foram os fatores teóricos, históricos e políticos que levaram a tal polarização. Dentre eles, a título ilustrativo, pode-se citar a interpretação ortodoxa e economicista de parte da literatura marxista, as disputas políticas travadas no interior da classe trabalhadora mundial cujo ápice se deu em Maio de 68, a influência stalinista segundo a qual os movimentos de gênero e sexualidade seriam manifestações pequeno-burguesas que contribuíram para a divisão da classe trabalhadora, dentre outros.

Tal cenário potencializou rupturas prático-teóricas entre a perspectiva marxista e os debates de gênero, raça e sexualidade já alinhados ao pós-estruturalismo. De um lado, houve a divisão e hierarquização das lutas sociais, nesse cenário, a luta de classes era tida como a principal, enquanto as lutas por igualdade de gênero, diversidade sexual e antirracista eram consideradas secundárias. No outro extremo, contraditoriamente, o pós-estruturalismo parece ter contribuído para uma caricatura do marxismo, reduzindo-o a uma teoria arcaica, autoritária e normativa, avessa às particularidades e preocupada somente com as questões de classe. Esse contexto de antagonismos perdurou por muitos anos.

No início século XXI, no entanto, sobretudo a partir da segunda onda *queer* ou de sua “virada econômica” (Shapiro, 2004), quando as relações materiais de classe, raça, etnicidade e nação passaram a ocupar a centralidade das investigações, inaugurou-se a retomada do diálogo entre as teorias *queer* e marxistas. É neste contexto que emerge, gradualmente, o que se convencionou a chamar de marxismo *queer*. Uma nova área do conhecimento, um diálogo crítico renovado, feito a partir das convergências e divergências teóricas dessas perspectivas. Isto é, um corpo teórico que no cerne de suas investigações está o entrelaçamento entre a dinâmica capitalista e a diversidade sexual e de gênero. Para Rebutini (2019), o marxismo *queer* corresponderia a uma reelaboração *queer* do marxismo e uma elaboração marxista das teorias *queer*.

Embora haja diferenças teóricas e políticas dentre as produções marxistas *queer*, Peter Drucker (2022) destaca o enfoque com relação à filosofia, à literatura e às artes, assim como às questões mais centrais do materialismo histórico. Dentre os conceitos marxistas mais trabalhados, tem-se a classe, totalidade, reificação, reprodução social e o desenvolvimento desigual e combinado; que foram

sintetizados com conceitos de outros paradigmas, como a construção social, performatividade, homonacionalismo e interseccionalidade. Em geral, a perspectiva marxista *queer* tende a ter uma abordagem construtivista social com relação ao gênero e a sexualidade, além de uma forte aversão ao reducionismo econômico (*Ibid.*); ao mesmo tempo em que enfatiza a importância da categoria de classe, rumo a uma “economia política da sexualidade” (Drucker, 2015).

Drucker (2017) iniciou a minuciosa tarefa de mapear o desenvolvimento do marxismo *queer*, Estados Unidos e Canadá concentram a maioria das produções, das quais se destacam os trabalhos de Kevin Floyd, Alan Sears, Holly Lewis, Rosemary Hennessy e o dele próprio. Todavia, Drucker (2022) aponta para trabalhos marxistas *queer* importantes em outras partes do globo, como a Ásia, através da produção dos teóricos taiwaneses Ding Naifei e Petrus Liu, o mundo árabe, por meio do trabalho de Joseph Massad (2007), e a América Latina através de Lionel Cantú (2009).²

Neste artigo, no entanto, a perspectiva de Alan Sears (2022) será tomada como base do marco teórico marxista *queer* para o desenvolvimento das discussões acerca da divisão sexual do trabalho. A escolha do trabalho de Sears se deve ao fato de sua fundamentação teórica estar alinhada à perspectiva da reprodução social, um conceito que tem sido retomado e ressignificado pela nova geração da Teoria da Reprodução Social (TRS)³, uma vertente teórica oriunda do trabalho das feministas marxistas do final da década de 1970. A partir da revisão bibliográfica, pretende-se contribuir, de forma meramente exploratória, para uma perspectiva abrangente da dinâmica de classe, gênero e sexualidade na sociabilidade capitalista, suscitando não apenas os aspectos funcionais das opressões, mas também os horizontes emancipatórios vislumbrados pelas resistências *queer*⁴.

Divisão sexual do trabalho e a cisheteronormatividade

A TRS tem formulado conceitos importantes para a compreensão da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, sobretudo no que diz respeito

2 Para maior contextualização acerca do marxismo *queer*, ver Ozorio (2021).

3 Desde sua gênese, o principal objetivo da Teoria da Reprodução Social (TRS) segue sendo a tentativa de desenvolvimento de uma abordagem da produção e reprodução a partir de uma teoria unitária. Para Bhattacharya (2023), o cerne da TRS é o fato de que o trabalho humano está no centro da criação ou reprodução da sociedade como um todo.

4 Apesar das diversas críticas contra-coloniais ao termo *queer*, nas investigações deste trabalho, opto por sua utilização devido ao diálogo internacional proposto, trata-se, portanto, de uma tentativa de solidariedade global e não de uma mera reprodução acadêmica. Quando o utilizo, faço referência tanto à comunidade, quanto às perspectivas teóricas sexo-gênero dissidentes/variantes.

ao trabalho reprodutivo que historicamente é imposto aos corpos generificados enquanto femininos. Em suma, o trabalho reprodutivo pode ser compreendido como o trabalho necessário para produzir e reproduzir, em diversos aspectos, seres humanos. Está intimamente vinculado ao que até então as ciências sociais denominavam como trabalho doméstico ou o trabalho vinculado à maternidade, mas a compreensão de trabalho reprodutivo deve ir além. Segundo, Nancy Fraser (2023, p.48):

O trabalho de dar à luz e socializar os jovens é crucial nesse processo, assim como cuidar de idosos, manter lares e membros da família, construir comunidades e sustentar os significados compartilhados, disposições afetivas e horizontes de valor que dão alicerce à cooperação social. Nas sociedades capitalistas, grande parte (embora não a totalidade) dessa atividade ocorre fora do mercado – em residências, bairros, associações da sociedade civil, redes informais e instituições públicas, como escolas.

No debate marxista, a perspectiva oferecida pela TRS se trata de uma compreensão mais ampla da dinâmica capitalista (*Ibid.*), tendo em vista que abrange tanto o aspecto da economia tida como “oficial”, onde há o trabalho produtivo (D-M-D’), quanto outras condições “não econômicas” de fundo, isto é, a reprodução social⁵. O argumento de Fraser é de que o capitalismo, necessariamente, depende de atividades sociorreprodutivas externas ao ciclo de produção, mas que formam uma das condições básicas para a sua existência, ou seja, a força de trabalho. A autora destaca que:

A atividade social reprodutiva não remunerada é necessária à existência do trabalho remunerado, à acumulação de mais-valia e ao funcionamento do capitalismo como tal. Nada disso poderia existir na ausência de tarefas domésticas, educação dos filhos, escolaridade, cuidados afetivos e uma série de outras atividades que servem para produzir novas gerações de trabalhadores e substituir os existentes, bem como para manter laços sociais e entendimentos compartilhados. A reprodução social é uma condição indispensável para a possibilidade da produção econômica em uma sociedade capitalista (*Ibid.*, p. 48-49).

Ao contrário da forma de organização das sociedades pré-capitalistas, nas quais, geralmente, o trabalho de produção e reprodução social estavam no

5 No âmbito do exercício proposto neste trabalho, não cabe adentrar às discussões existentes acerca da classificação do trabalho reprodutivo, isto é, se seria trabalho produtivo ou improdutivo. Até porque tal desígnio tem sido amplamente explorado pela Economia Política Feminista.

mesmo âmbito – além do trabalho reprodutivo não ser imputado somente aos corpos capazes de gestar e parir, mas sim redistribuído entre a comunidade –, na organização social capitalista há uma separação entre a reprodução social e a produção econômica. Enquanto apenas o trabalho desenvolvido no âmbito do processo de produção é remunerado, o trabalho desenvolvido na teia da reprodução social é associado sobretudo às mulheres, sem qualquer remuneração – ainda que eventualmente isso tenha passado por algumas mudanças devido às reivindicações feministas.

Diversas foram as ferramentas históricas utilizadas para naturalizar esta lógica. Por um lado, Silvia Federici (2017) demonstra como a acumulação primitiva, isto é, a violência extra econômica, exerceu tal papel, uma vez que teria produzido uma nova divisão sexual do trabalho, subjugando o trabalho das mulheres e sua função reprodutiva à reprodução da força de trabalho. Para Federici, a imposição desta nova divisão sexual do trabalho “diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora” (*Ibid.*, p. 232). Desse modo, tem-se que a instituição família é fundamental nessa lógica sistêmica. A análise de Federici, todavia, está vinculada a uma perspectiva cisnormativa e biologizante com relação ao gênero-sexo.

Por outro lado, os estudos *queers* foram perspicazes ao evidenciar como houve, no decorrer desses processos históricos, por meio do Estado, da ciência e da religião, uma naturalização de aspectos específicos da existência e anatomia humana a um padrão binário feminino-masculino. Nesse reducionismo, a possibilidade biológica de reproduzir, as genitais e o desejo sexual foram classificados entre feminino e masculino, sendo assim, naturalizados enquanto única possibilidade de existência humana sob a instituição familiar – tal perspectiva biologizante seria, supostamente, comprovada pela reprodução biológica da espécie. Alan Sears (2023), se apropria dos acúmulos da teoria *queer* e da perspectiva da TRS a respeito da reprodução social para argumentar que a sexualidade, por sua vez, também estaria dentro desse “conjunto mais amplo de relações sociais por meio das quais as pessoas ganham a vida” (*Ibid.*, p. 274).

O autor sustenta que a heteronormatividade corresponderia a um conjunto de práticas e ideias segundo o qual haveria um enquadramento como normal de uma “orientação sexual institucionalizada específica”, isto é, a heterossexualidade, que seria também o ponto de referência para a avaliação das demais formas de sexo e intimidade (*Ibid.*). Nesse sentido, a heteronormatividade corresponderia a um projeto de normalização que tornou a heterossexualidade hegemônica, conforme já apontado por Berlant e Warner (1998). Todavia:

O termo heterossexual foi desenvolvido em condições sociais específicas no fim do século XIX. Somente depois o termo homossexual foi cunhado para nomear uma orientação para o mesmo sexo. O desenvolvimento conceitual da heterossexualidade foi parte constituinte do desenvolvimento da heteronormatividade como modo de regulação sexual (*Ibid.*, p. 275).

Há de se ressaltar, porém, que esses termos cunhados para se referir à sexualidade não criou novas maneiras sexuais de ser, apenas nomeou modos específicos que já existiam e os regulou. Para Sears, foi nesse momento histórico de maior expansão capitalista que houve a nomeação dessas formas de sexualidade, demonstrando que o esforço de regular os corpos e a sexualidade fez parte de um esforço mais amplo de se regular os próprios modos de vida das relações capitalistas, sobretudo “a reprodução social do trabalho ‘livre’” (*Ibid.*). É neste contexto de reprodução social capitalista que a família nuclear e heterossexual emerge como sinônimo de humanidade, enquanto as demais configurações são rechaçadas.

Apesar de se aproximar da perspectiva teórica de Foucault ao associar o estabelecimento da sexualidade ao momento histórico de ascensão do capitalismo, Sears oferece uma perspectiva um tanto diferente para o surgimento da sexualidade, para ele, trata-se de uma resposta contestada às relações sociais capitalistas que impunham apenas a heterossexualidade como possibilidade de existência, vejamos:

A sexualidade se desenvolveu como um conjunto de práticas à medida que as pessoas passaram a viver no contexto do desenvolvimento das relações capitalistas. Seu surgimento foi produto de estratégias “de cima para baixo” de governos (por exemplos, as medidas legais que proibiram a homossexualidade e a prostituição masculinas) e de mobilização de baixo para cima (como as lutas por acesso ao aborto e à contracepção, bem como pelos direitos das minorias sexuais) (*Ibid.*, p. 276-277).

Embora a análise de Alan Sears diga respeito somente ao aspecto heteronormativo das relações sociais capitalistas, acredito que seja possível ampliar seu argumento para que o aspecto cisnormativo desse sistema também seja evidenciado. A separação entre sexo, gênero e sexualidade se dá apenas em termos didáticos, assim como na vida material, devem ser compreendidos em conjunto. De fato, o marxismo *queer* ainda carece de formulações mais específicas a respeito da transgeneridade, sobretudo na língua portuguesa. De todo modo, a partir dos acúmulos já evidenciados neste trabalho, de forma exploratória,

sustento que a imposição da cisnormatividade compõe a lógica binária feminino-masculino da relação de capital, neste sentido, o termo mais abrangente seria a cisheteronormatividade⁶.

CONCLUSÃO

A despeito dos desafios de se trabalhar com categorias macro, o objetivo aqui proposto foi de suscitar uma compreensão mais abrangente da dinâmica capitalista e evidenciar de que maneira a cisheteronormatividade pode estar vinculada à sua lógica a partir da divisão sexual do trabalho. Por meio das perspectivas teóricas apresentadas, seria possível afirmar que a instituição família é fundamental para o funcionamento sistêmico dessa organização social. É, sobretudo, no âmbito familiar que a força de trabalho é reproduzida. Todavia, para o capital apenas a família nuclear e cisheteronormativa é funcional, tendo em vista que a partir dela é possível garantir tanto a produção biológica, quanto a reprodução social da classe trabalhadora.

Para compor essa estrutura e reduzir a pluralidade de existências humanas, a relação social de capital parece ter naturalizado aspectos específicos e locais de sua formação e os naturalizado como se fossem a verdade inerente à condição humana. Felizmente, os estudos *queers*, sobretudo a militância intersexo têm desmantelado essa falácia histórica. Ao mesmo tempo em que as dissidências de sexo-gênero e sexualidade se moldam em torno das relações sociais capitalistas, apresentam grande potencial emancipatório. Tendo em vista que subvertem aspectos específicos dessas relações sociais, evidenciando a falácia de que a família, o sexo, o gênero, e sexualidade – dimensões cruciais da reprodução social humana – não se restringem à lógica binária de existência naturalizada pelo capitalismo.

REFERÊNCIAS

BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. Sex in Public. *Critical Inquiry*, v. 24, n. 2, p.547-566, 1998.

BHATTACHARYA, Tithi. **Mapeando a teoria da reprodução social**. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Teoria da Reprodução Social: Remapear a Classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.

6 Todavia, tal argumento carece de maiores investigações empíricas e teóricas.

CANTÚ, Lionel, Jr. **The Sexuality of Migration: Border Crossings and Mexican Immigrant Men**, New York: *New York University Press*, 2009.

DRUCKER, Peter. **Warped: Gay normality and queer anti-capitalism**. Brill, 2015.

_____. Marxismo Queer. **Historical Materialism**. London: 2017. Disponível em: <https://www.historicalmaterialism.org/reading-guides/queer-marxism-peter-drucker>

_____. Estudios Queer. **ANTAGÓNICA. Revista de investigación y crítica social- ISSN 2718-613X**, v. 3, n. 6, p. 109-126, 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FRASER, Nancy. **Crise do cuidado?** Sobre as contradições socio-reprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). Teoria da Reprodução Social: Remapear a Classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

MASSAD, Joseph. **Desiring Arabs**. Chicago, *University of Chicago Press*, 2007.

OZORIO, G. V. **Entre rupturas e aproximações: a emergência de um marxismo queer**. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

REBUCINI, Giafranco. **Marxismo queer: abordagens materialistas das identidades sexuais**. **Crítica Marxista**, n. 48, p. 109-125, 2019.

SEARS, Alan. Política do corpo: a reprodução social das sexualidades. In:

BHATTACHARYA, Tithi (org.). Teoria da Reprodução Social: Remapear a Classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

SHAPIRO, Stephen. Marx to the Rescue! Queer Theory and the Crisis of Prestige. **New Formations**, n.53, 2004, p.122-127.